



**FRAGILIZAÇÃO INSTITUCIONAL,
DESGASTE DO TECIDO SOCIAL E DESAFIOS
À LEGITIMIDADE DO ESTADO EM CABO DELGADO**

João Feijó

INTRODUÇÃO

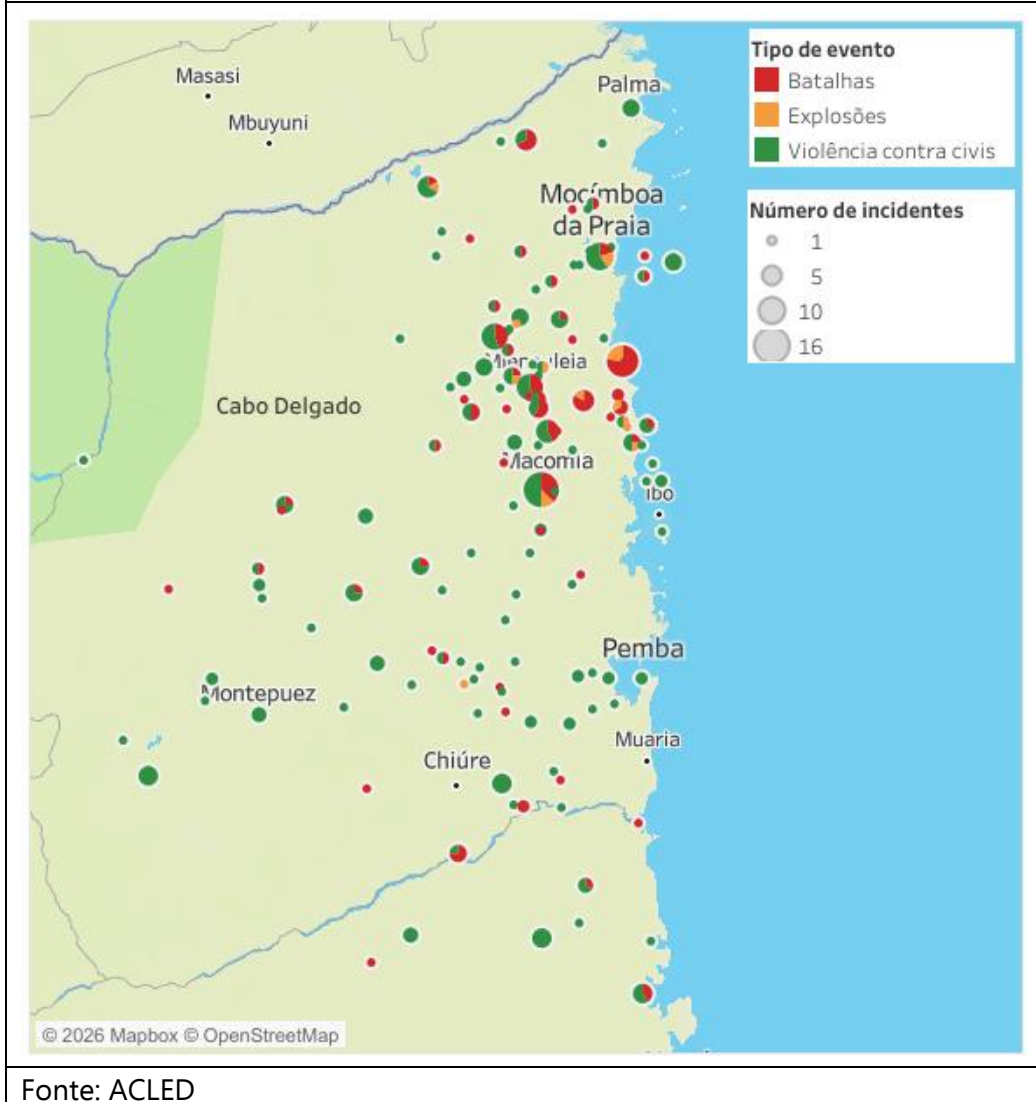
O prolongamento do conflito armado no Nordeste de Cabo Delgado vem demonstrando que a resposta militar, por si só, é insuficiente para garantir a estabilidade na região. À medida que as instituições se fragilizam e se revelam incapazes de providenciar serviços de Estado, entre os quais a justiça, assiste-se a uma erosão da legitimidade social e ao colapso da confiança nas instituições públicas. O aparelho de Estado enfrenta uma desmotivação sem precedentes, onde profissionais da educação e saúde sobrevivem entre a extorsão informal e a crescente contestação política.

Este *Destaque Rural* descreve a fragilidade institucional nos sectores da educação, saúde e justiça, assim como uma economia de sobrevivência. A insegurança generalizada e a ausência de uma base produtiva sólida, a inexistência de ligações de grandes projectos económicos com o tecido económico local, como o Mozambique LNG, deixam a população vulnerável e dependente de assistência humanitária, largamente insuficiente para as necessidades. O caos social e o vazio de autoridade moral é explorado pela insurgência, através de tentativas de coexistência com as populações da costa. O texto sugere que uma vitória contra a insurgência depende da capacidade de o Estado se transformar de um actor de coerção, alinhado com os interesses de empresas multinacionais, num garante de cidadania e de coesão social.

1. PERSISTÊNCIA DA INSEGURANÇA

Ao longo do segundo semestre de 2025, a situação de segurança permaneceu instável no Nordeste de Cabo Delgado, continuando a registar-se incursões esporádicas da insurgência pela zona Sul da província, incluindo nos distritos do Nordeste de Nampula (ver mapa 1).

Mapa 1: Incidentes violentos em Cabo Delgado e Nampula (Julho/2025 – Dezembro/2025)



Fonte: ACLED

O mapa 1 mostra que o distrito de Macomia permanece o epicentro do conflito, com bombardeamentos de ruandeses sobre as bases dos insurgentes, e ataques dos rebeldes ao longo da estrada N380, onde, por vezes, constituem barricadas para cobrança de portagens. Se a intervenção militar conjunta de moçambicanos e ruandeses melhorou a segurança a Sul de Mucojo, e a circulação de terroristas seja menor, a Norte da província continuam a registar-se movimentos frequentes de insurgentes. Os rebeldes saem das bases de Katupa para Pangane e foz do rio Messalo, transportando os seus produtos em embarcações ou à cabeça, ameaçando pescadores. As proibições dos militares de actividade pesqueira, por questões de segurança, geram insatisfação popular, potenciando a colaboração da população com os insurgentes. Alguns pescadores realizam acampamentos temporários na costa Norte de Macomia, tornando-se alvo da desconfiança e repressão das Forças de Defesa e Segurança. Por toda a costa (do Norte de Quissanga a Sul de Palma) proliferam relatos de insurgentes que adquirem produtos à população ou rezam nas mesquitas com os locais. Os relatos dão conta de uma

cumplicidade dos rebeldes com os locais, assistindo em conjunto a vídeos humorísticos (oriundos da Tanzânia) ou jogos de futebol. Existem relatos de alegados insurgentes que pernoitam em casa de familiares na vila de Mocímboa da Praia (em Milamba ou Mabubussi). Exceptuando casos isolados de indivíduos que vendem álcool, a relação com a população na zona da costa é geralmente harmoniosa. Esta atitude contrasta com a de soldados governamentais, mais impessoais e, por vezes, acusados de roubo de carvão e bens alimentares. Com vista a sobreviver, a população colabora com os dois lados em conflito.

A confiança da população nas forças ruandesas diminuiu consideravelmente. Diversos relatos dão conta de emboscadas de insurgentes sobre ruandeses, com recurso a engenhos explosivos improvisados, e o exército do Ruanda é considerado como menos activo na perseguição à insurgência. Exceptuando a sede do posto administrativo e a aldeia de Chinda, as aldeias do posto administrativo de Mbau (na zona Sul de Mocímboa da Praia) continuam abandonadas. As baixas de Muidumbe permanecem instáveis e grande parte da população continua receosa em regressar. Ataques recorrentes nas zonas baixas geram movimentos migratórios para a zona alta, em movimentos circulares.

Desde Setembro de 2025, Nangade experimenta um recrudescimento da insegurança, verificando-se ataques a aldeias por todo o distrito. Os rebeldes concentram-se no saque de alimentos e destruição de excedentes agrícolas (como armazéns de castanha de caju), evitando assassinar aldeões e também o confronto com a tropa tanzaniana. Os aldeões continuam a trabalhar as suas machambas, mas com receio crescente. Locais suspeitam da reactivação de relações logísticas da insurgência com a Tanzânia, existindo relatos de material bélico (munições) capturado e escondido em pneus de bicicleta. Alguns populares acusam a tropa tanzaniana de estar mais preocupada com a patrulha da fronteira, protecção das respectivas bases militares e com interesses económicos (exploração e tráfico de madeira), do que com a defesa das aldeias.

No distrito de Mueda não se registaram ataques, mas é receptor de deslocados de guerra, em sucessivas vagas de movimentos populacionais, estando a Força Local (FL) frequentemente em alerta. Na vila sede distrital, a patrulha nocturna é realizada pela FL. A Força local mantém o recolher obrigatório a partir das 20 horas, abrangendo inclusivamente elementos da FADM e a polícia, registando-se conflitos de jurisdição. Os elementos da FL aplicam castigos corporais e realizam cobranças económicas a indivíduos que circulam após as 20 horas. Ao longo das estradas inter-distritais, membros da FL (cerca de 20 meticais em cada cancela) e da polícia (50 a 100 meticais) fazem cobranças a motoristas de chapa. O pagamento de subsídios à FL tem sido incerto e torna-se um problema crítico para a governação. A irregularidade nos pagamentos é geradora de insatisfação, particularmente nas unidades de Montepuez e Chiúre, facilitando a corrupção e a extorsão nas estradas inter-distritais.

Mais a Sul, registaram-se ataques ao longo do corredor Pemba-Montepuez-Balama, com forte concentração em Ancuabe e Meloco, e a Norte do distrito de Montepuez, em Mirate

e Nairoto. Os ataques e assassinatos de camponeses criaram pânico entre os aldeões, gerando movimentos de deslocados. Mais uma vez foram realizadas incursões militares a sul de Chiúre, atravessando o rio Lúrio para a província de Nampula, tendo-se registado ataques no distrito de Memba, colocando em pânico a população, que abandonou as residências. As deslocações populacionais contribuem para o agravamento das condições de vida das populações, perante a incapacidade do Estado e das agências humanitárias em prover uma resposta.

2. CONDIÇÕES DE SAÚDE PRECÁRIAS E CORRUPÇÃO GENERALIZADA

O sistema de saúde permanece precário, caracterizando-se pela falta de infra-estruturas, recursos humanos, medicamentos e problemas de acessibilidade. O Estado continua dependente de parceiros humanitários, que tendem a reduzir a cooperação. Em Nangade, as unidades sanitárias operacionais limitam-se à vila sede distrital e sede do posto de Ntama, tendo sido instaladas tendas nas aldeias de Muia e Mtole. Em Muidumbe, a situação da saúde no segundo semestre de 2025 foi agravada pelas condições de segurança. O acesso à saúde nas zonas baixas é problemático, em termos de pessoal médico e de medicamentos, resultando em muitos partos domiciliários. Em Mocímboa da Praia, as notícias de circulação de insurgentes preocupam os técnicos da saúde, conscientes que constituem um alvo da insurgência e, portanto, com tendência a abandonar o distrito. A retirada de organizações humanitárias de Mocímboa da Praia, na sequência da circulação de guerrilheiros, sobrecarregou os quadros do Estado, sendo a assistência dos militares ruandeses insuficiente para as necessidades. A ausência de funcionários foi responsável por saques em unidades sanitárias, como no centro de saúde de Nanduada, onde foram roubados medicamentos e equipamento médico, comprometendo o atendimento às populações locais.

Em Macomia, existe uma única unidade sanitária para cobrir todo o distrito (assegurada por militares e Médicos sem Fronteira) contendo uma pequena sala de cirurgia. Na costa, a assistência médica era realizada por militares ruandeses mas, com a melhoria da situação de Mucojo, passou ser possível a assistência pontual de equipas ambulantes. Mais a Sul, em Quissanga, a situação tende a estabilizar, existindo um centro de saúde na vila sede, com atendimento regular, com médico e enfermeiro residentes. Outras unidades sanitárias reabriram em Bilibiza, Mahate e Nacóba. Nos centros de deslocados a sul da província, particularmente em Chiúre, as unidades móveis deixaram de dar assistência às populações, forçando-as a deslocarem-se para a vila sede. Por toda a província regista-se um défice crónico de medicamentos, estimulando a abertura de farmácias privadas, sobretudo nos centros urbanos. Nas unidades sanitárias públicas, os pacientes são obrigados a adquirir a médicos e enfermeiros o material (luvas, cateteres), medicamentos (excepto *paracetamol*) e a pagar por serviços (consultas, cirurgias). Os baixos salários dos profissionais do sector são compensados pela apropriação privada dos serviços públicos de saúde. As autoridades estão conscientes da realidade, mas são pouco pró-activas na resposta por estarem envolvidas nesses esquemas fraudulentos ou para evitar conflitos com os seus colegas.

3. SOBRELOTAÇÃO DAS ESCOLAS E DESMOTIVAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A pressão governamental para a normalização do sector da educação continua a ser contrariada pela incapacidade de resposta no terreno. As infra-estruturas permanecem precárias e sobrelotadas. As turmas superam largamente o número de docentes e a capacidade das salas, atingindo, com frequência, 150 alunos/sala de aula, particularmente no distrito de Montepuez. Os estudantes sentam-se no chão ou, quando existem carteiras escolares, sentam-se quatro em cada carteira, geralmente sem livros escolares.

A falta de professores é notória. A contratação de novos docentes está longe de compensar o aumento da população estudantil, substituindo apenas os que faleceram ou foram transferidos para outras escolas. Áreas recônditas e distritos mais inseguros (como Quissanga ou Muidumbe) sofrem escassez severa de professores. Contudo, de acordo com fontes do direcção distrital de educação de Montepuez, existem mais de 80 professores sem turma atribuída, frequentemente protegidos por individualidades com influência política.

Em Muidumbe, muitos professores recusam-se a retomar funções sem o pagamento de subsídios de risco. Em Montepuez, o incumprimento da promessa de pagamento de horas extraordinárias foi gerador de frustração entre os professores, exacerbada por dívidas pendentes de anos anteriores. Os conflitos pós-eleitorais aumentaram a desmotivação do corpo docente. A adesão de muitos quadros da educação a partidos da oposição (CAD, PODEMOS e ANAMOLA) gerou uma atitude mais contestatária de muitos profissionais do sector, o que representa uma crise na base de apoio do partido Frelimo.

Nos distritos mais próximos das zonas de conflito (Nangade, Muidumbe, Mocímboa da Praia, Macomia, Quissanga e Meluco) os professores vivem apreensivos e atentos a notícias de circulação de insurgentes. Os ataques dos rebeldes e fuga da população escolar, ainda que pontual, prejudicam a aprendizagem e concorrem para o abandono escolar, reproduzindo fenómenos de pobreza.

4. ACTIVIDADES ECONÓMICAS EM CONTEXTO DE INSEGURANÇA

O restabelecimento de actividades económicas continua fortemente condicionado pela insegurança no terreno, pelo atraso de reinício das operações do projecto Mozambique LNG, mas também pela respectiva decisão de assistência logística por via marítima.

A agricultura constitui uma das principais actividades das populações. Contudo, a incerteza que se vive em todo o vale do rio Messalo dificulta o acesso às áreas de produção. No Sul da província, o acesso à terra continua a constituir o principal entrave para os deslocados. A falta de recursos para arrendar terrenos agrícolas empurra muitas famílias para o retorno para áreas mais próximas das zonas de origem. Em Nangade

assiste-se a uma revitalização do sector do caju, onde comerciantes oriundos de Nampula adquirem a castanha a preços atractivos, evitando assim a venda do produto na Tanzânia. A produção de lenha e carvão constitui uma estratégia de sobrevivência generalizada, complementar à agricultura. As operações madeireiras em zona de insegurança (como Nangade ou ao longo do Parque das Quirimbas) levantam suspeitas de ligações entre operadores e a insurgência. No Sul da província, com epicentro em Montepuez, o garimpo de ouro e pedras preciosas persiste como alternativa para muitos jovens, embora marcado por conflitos violentos com as autoridades.

A pesca é uma das actividades principais na zona na costa, de Palma a Quissanga, mas constitui uma actividade de alto risco. Os pescadores são vítimas de restrições e agressões da marinha de guerra e de extorsões de insurgentes. A reabertura da estrada de acesso a Mucojo impulsionou a comercialização de pescado para Macomia e outros distritos.

Nas vilas sede distritais e sedes de posto administrativo, a economia de serviços continua dominada por jovens, que se desenrascam como agentes de carteira móvel (*mpesa e emola*), serviços de táxi-mota ou venda de artigos oriundos da Tanzânia, entre outras actividades informais. As mulheres concentram-se na venda de produtos alimentares. Em Mueda, a venda ambulante de vestuário e de cosméticos foi proibida pelas autoridades por receio de infiltração de insurgentes para fins de reconhecimento. Actores no terreno suspeitam de operações comerciais com a insurgência, dinamizando receitas económicas, geralmente camufladas.

A produção de bebidas alcoólicas artesanais (*nipa e cabanga*) é recorrente em quase todos os distritos. A vulnerabilidade extrema de mulheres deslocadas continua a ser geradora de comportamentos promíscuos e, num cenário marcado pela pobreza e precariedade, os comportamentos prematuros permanecem uma realidade.

Bastante condicionados em termos financeiros e com pouca abrangência populacional, as organizações não-governamentais continuam a ser os principais impulsionadores de actividades económicas, apoiando em insumos agrícolas, criação de animais e constituição de outros negócios. O apoio é largamente insuficiente e a maioria da população afectada pelo conflito continua sem capital para iniciar actividades produtivas. Em Quissanga, a destruição de mercados formais desencadeia a criação de bancas dispersas, em locais residenciais ou terminais de transporte, em prejuízo da organização económica e fiscalização.

Em torno de Afungi, a decisão da TotalEnergies de abastecimento por via marítima consolida um modelo económico de enclave. Os funcionários da empresa acedem ao acampamento por via aérea e têm limitações de saída das áreas de operação, não exercendo qualquer impacto sobre a indústria hoteleira e de restauração na vila sede distrital. Exceptuando a população de Quitunda, que se constitui como uma vila operária junto ao Mozambique LNG, garantindo a mão-de-obra necessária para os trabalhos de

limpeza, segurança e fornecimento de refeições, a possibilidade de acesso a emprego é bastante restrita para a restante população no Nordeste da província. Os operadores económicos viram as suas expectativas de investimento frustradas e apresentam-se bastante consternados com a situação.

5. JUSTIÇA E CIDADANIA

Ao regresso das populações ao Nordeste de Cabo Delgado, a partir do segundo semestre de 2022, seguiu-se a reconstrução das instituições do Estado ao nível da saúde, educação e apoio a actividades económicas. O acesso à justiça era inicialmente realizado nas esquadras da polícia, mas, preferencialmente, junto das forças ruandesas e da Força Local. A partir de 2024 assistiu-se a um esforço de reconstrução das instituições da justiça, através da instalação de contentores para acomodação de técnicos do IPAJ, da procuradoria, do SERNIC e de conservatórias. Em Palma já foi reconstruído o edifício do tribunal. Porém, a criação de infra-estruturas não foi acompanhada pelo regresso de magistrados. Acresce a ausência de estabelecimentos prisionais, o que obriga à deslocação das populações da costa para Mueda, onde são vítimas do preconceito de envolvimento com a insurgência.

A partir de 2024 assistiu-se a um esforço de reorganização dos tribunais comunitários, aliviando a pressão sobre as esquadras da polícia e a Força Local. Dezenas de juízes comunitários receberam uma formação do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) e realizou-se um esforço de revitalização destas organizações locais. Porém, de acordo com técnicos do IPAJ entrevistados, apenas 20% dos tribunais comunitários existentes antes do conflito estão em funcionamento. Alguns funcionam na Secretaria de Bairro, onde funciona também a sede da Frelimo, e todos os juízes são militantes do partido no poder. Vários juízes são, inclusivamente, nomeados pelo secretário de bairro, gerando-se uma confusão entre o poder executivo e o judicial.

O conflito armado alterou as dinâmicas de acesso à justiça. A violência da guerra teve impacto na forma de resolução de conflitos, verificando-se uma preferência das populações por entidades com maior poder de coerção e de uso da força, nomeadamente a PRM e a Força Local. Por outro lado, dispondo de recursos e capacidade de atracção de quadros qualificados, portanto mais eficazes na gestão de pequenos conflitos, diversas ONGs passaram a concorrer com os tribunais comunitários, retirando-lhes protagonismo junto da população. A falta de apoios financeiros para os tribunais comunitários conduz à desistência de muitos juízes, fragilizando estas instituições. Os Conselhos de Segurança Comunitária são envolvidos na resolução de conflitos locais geradores de tensões mais inflamadas (resultantes de adultério, insultos ou pequenos roubos entre vizinhos), exercendo uma acção importante na redução e prevenção da violência comunitária.

A emergência de novas forças políticas em Cabo Delgado, com destaque para o partido ANAMOLA, tem redefinido a paisagem sociopolítica da região. O processo de expansão desta força da oposição enfrenta barreiras estruturais, caracterizadas pela repressão administrativa, partidarização e instrumentalização de instituições públicas e restrições à liberdade de associação. No Sul da província (em Pemba, Montepuez e Chiúre) observa-se um padrão de retaliação contra funcionários do Estado, especialmente professores, envolvidos em partidos da oposição. As táticas incluem transferências punitivas para zonas recônditas e ameaças de perda de emprego. O medo da exposição pública impede uma participação política mais activa por parte desta classe profissional.

Em Mueda, a neutralidade das instituições religiosas parece comprometida. Relatos indicam uma influência do partido no poder sobre a Igreja Católica, existindo relatos de discriminação de jovens conotados com a oposição em cerimónias das paróquias. Nas actividades religiosas, existe uma dualidade de tratamento: enquanto símbolos partidários associados à oposição (bonés, camisetes) são proibidos pelos clérigos, verifica-se uma tolerância para com a simbologia do partido no poder.

Apesar das restrições, o partido ANAMOLA tem investido na aquisição de terrenos e construção de sedes próprias (como em Mueda e Chiúre), sinalizando uma tentativa de institucionalização. Em locais como Mocímboa da Praia, a mobilização tem sido visível através de marchas, maioritariamente compostas por jovens e adolescentes, o que tem gerado directrizes de vigilância apertada por parte dos secretários de bairro, alertando para o não envolvimento com o movimento. O assassinato de figuras ligadas à oposição e ao jornalismo, como o caso de Arlindo Chissale em Pemba e o ataque ao responsável distrital em Montepuez, criaram um clima de insegurança que silencia a participação cívica.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Para além de um conflito com a insurgência, o Estado moçambicano enfrenta uma importante batalha pela conquista de legitimidade social, num contexto de fragilidade institucional e desmotivação generalizada. Enquanto a insurgência refina a sua abordagem de coexistência com as populações da costa, sectores da população continuam a representar as forças de defesa e segurança e seus aliados com desconfiança, percebidos como ineficazes ou mesmo predadores. A vitória contra a insurgência exige que o Estado se apresente como um garante da justiça e não apenas como um actor militar de contenção da insurgência.

Se no sector da saúde, a privatização ilícita dos serviços médicos por parte dos agentes do Estado mal pagos tem constituído um amortecedor de conflitos no aparelho de Estado, no sector da educação consolida-se uma desmotivação geral do corpo docente, sem acesso a subsídios, enfrentando precárias condições de trabalho e com menores possibilidades de extorsão. O envolvimento crescente dos profissionais da educação em

partidos da oposição e o aumento da contestação no seio do aparelho de Estado fragilizam a base de apoio da Frelimo.

Os sectores económicos permanecem muito fragmentados e afectados pela insegurança persistente. Muitos camponeses continuam com medo de aceder aos locais de produção e de pesca por constituírem actividades arriscadas e sujeitas a encontros com grupos militares. A circulação de passageiros e mercadorias é arriscada, sujeita a roubos e extorsões. Continuam a emergir múltiplas estratégias de sobrevivência precárias e informais, como o comércio informal, transacções de carteira móvel, garimpo e actividades furtivas, ou produção artesanal de bebidas, muitas vezes acompanhadas por vulnerabilidades sociais extremas. A revitalização pontual de sectores, como o do caju em Nangade ou a comercialização de pescado em Mucojo, contrasta com as restrições administrativas impostas em Mueda e a destruição de mercados formais em Quissanga, criando um cenário de dependência crítica das ONGs, cujas intervenções, embora vitais, carecem de escala para capitalizar a maioria da população afectada. A ausência de uma base produtiva sólida, aliada à suspeita de infiltração da insurgência em cadeias comerciais e à escassez de emprego, frustra as expectativas dos operadores económicos e perpetua um ciclo de exclusão social. O atraso no projecto Mozambique LNG e a sua configuração como “enclave” logístico limitam o impacto na economia local.

A lentidão na reconstrução das instituições de justiça no Nordeste da província é agravada pela ausência de magistrados. A fragilidade dos tribunais comunitários leva a população a privilegiar instâncias de maior poder coercivo, como as forças de segurança e milícias locais, ou a recorrer a ONGs para a resolução de conflitos. Paralelamente, persistem limitações ao pluralismo político e ao espaço cívico. A emergência de novas forças de oposição, como o partido ANAMOLA, é sistematicamente travada por táticas de repressão administrativa e por uma vigilância comunitária intrusiva por parte de agentes do poder local ou até pela instrumentalização de organizações católicas, particularmente em Mueda. Recentes episódios de violência política e assassinatos consolidam um clima de medo e de exclusão, que fragiliza a cidadania, desencoraja a participação democrática e compromete a coesão social necessária para a estabilidade a longo prazo da província.

O governo continua a negar a ocorrência de violações sistemáticas de Direitos Humanos no Nordeste da província, particularmente nos anos de 2020 e 2021, em prejuízo do processo de reconciliação e de restauração da confiança das populações no Estado. A reconstrução da justiça e de um pacto social mais sustentável implicará uma abordagem governamental mais assertiva em torno de invisíveis feridas sociais, reconectando os cidadãos com o Estado, mas também entre si. Esse processo exige poucos recursos financeiros. Exige, sobretudo, sensibilidade.

Neste cenário, tornam-se relevantes um conjunto de reformas, entre as quais:

- Maior proactividade das tropas da Tanzânia e Ruanda na protecção directa das aldeias e zonas de cultivo;
- Responsabilização das forças de defesa e segurança, implicando a investigação de execuções extrajudiciais de camponeses e pescadores, indemnizações e eventuais amnistias aos agentes envolvidos, com vista a restaurar a confiança institucional;
- Segurança nos corredores de produção: reforçar o patrulhamento em áreas de pesca e de agricultura e pecuária, viabilizando o ciclo produtivo da castanha de caju, de cereais e do pescado, garantindo a segurança alimentar e comercialização de excedentes;
- Pagamento de subsídios a funcionários e agentes do Estado, sobretudo em zonas de risco, mas também à Força Local, com vista a desencorajar a extorsão de cidadãos;
- Realocação de professores para zonas carenciadas, eliminando influências políticas no processo de colocação, investindo na contratação e formação de professores;
- Melhoria do parque escolar, com recurso a materiais e actores económicos locais, impulsionando o emprego e as actividades económicas;
- Facilitação de acesso à terra, através de mecanismos de mediação ou subsídios para garantir que deslocados possam cultivar, sem o peso de rendas incomportáveis;
- Avaliar a reabertura segura de pontos de travessia em Nangade para revitalizar a economia local;
- Despartidarização do Estado e eliminação da perseguição política de funcionários públicos através de instrumentos administrativos;
- Reforçar os mecanismos de segurança de jornalistas e membros da oposição, garantindo que a violência não constitua uma ferramenta de gestão política;
- Garantir que os espaços de culto permaneçam neutros e inclusivos, independentemente da filiação partidária dos fiéis.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org

Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique